

**Maria e João: apesar das artimanhas do analfabetismo em Alagoas**

*Maria and João: despite the tricks of illiteracy in Alagoas*

Lucas Pereira da Silva  
Marinaide Lima de Queiroz Freitas  
**Universidade Federal de Alagoas (Ufal)**  
Maceió – AL - Brasil

**Resumo**

O texto em pauta apresenta uma síntese preliminar de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/Cedu/Ufal – entre janeiro de 2021 a setembro de 2022. Com aporte na abordagem qualitativa e foco na pesquisa-participante, o estudo situa-se na interface entre Psicologia, Ciências Sociais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e aborda o processo de desenvolvimento subjetivo no Semiárido Alagoano. Trata das mediações e táticas de resistência ao analfabetismo naquela territorialidade, enquanto aprendizagens inventivas produzidas no cotidiano, pelos sujeitos - jovens, adultos e idosos -, pessoas vivendo na condição de analfabetos e analfabetas, que enfrentam as desigualdades econômicas e sociais em suas práticas cotidianas e a elas resistem.

**Palavras-chave:** Analfabetismo; Alagoas; Táticas de resistência

**Abstract**

The present article shows a preliminary synthesis from a post doctoral research which was carried out in the Post Graduate Program in Education - PPGE/Cedu/Ufal - between January 2021 and September 2022. Aided by the qualitative approach and with a focus on participant research, the research is located at the interface between Psychology, Social Science, Youth and Adults Education (EJA) and talks about the process of subjective development in the Alagoas Semi arid. This study deals with the tactical mediations of resistant to illiteracy in that territoriality, as creative learning produced in daily life by the subjects – young people, adults and the elderly – men and women living in their daily practices and resist them.

**Keywords:** Illiteracy; Alagoas; Resistance tactics

## **1 Considerações Iniciais**

De acordo com Sá (2012, p. 07) o analfabetismo se instala no Brasil desde a colonização e “[...] vai-se tornando, progressivamente, um problema histórico”, cultural, econômico e sobretudo político que afeta todas as esferas da vida, impedindo de diversas maneiras o desenvolvimento integral das pessoas. Nessa direção, buscando revisitar, problematizar e atualizar essa temática, o texto em pauta visa apresentar uma reflexão ontológica sobre uma pesquisa de pós-doutorado<sup>1</sup>.

Apresenta como objetivo produzir conhecimentos sobre a vida humana no contexto do semiárido alagoano, focando em indagações que têm aguçado a nossa curiosidade epistemológica, tais como: de que modo as pessoas - vivendo na condição de analfabetos/as -, desenvolvem suas táticas de resistência diante das desigualdades sociais e enfrentam o analfabetismo nesse contexto? Quais as mediações, as condições e os sentidos atribuídos por essas pessoas, ao domínio da leitura e escrita? Que outras alfabetizações possuem?

Para tentar alcançar o objetivo e “responder” as indagações acima descritas, nos apoiamos na abordagem qualitativa, com o foco na pesquisa-participante uma vez que estamos mergulhando na realidade, destacando a inventividade, as formas de sobreviver e a produção de elementos culturais dos seus residentes. Aspectos característicos das riquezas produzidas nesta região de semiaridez, que continua a resistir e influenciar sobremaneira a produção da vida de milhões de brasileiros/as e, entre esses/as, muitos/as alagoanos/as. Esses aspectos são característicos de uma lógica contraditória e excludente e se agregam à nossa questão principal nesta pesquisa.

Nessa “empreitada”, buscamos um contato mais sistemático com o movimento de escolarização de jovens e adultos em Alagoas – a exemplo o Fórum de EJA -, enquanto processos/projetos de resistência, transformação subjetiva e das condições de vida na territorialidade mencionada, o que não identificamos, nos provocando a andarilhar, contactando as pessoas e encontramos aquelas que durante a vida permaneceram analfabetas.

Neste artigo trazemos um recorte da investigação referida, situando mediações cotidianas e as táticas de resistência de dois sujeitos sem escolarização e socialmente considerados analfabetos – leitura e escrita -, e assim permanecem/permaneceram numa

sociedade grafocêntrica, que exige cada vez mais o desenvolvimento das duas modalidades citadas, acompanhadas de transformações tecnológicas.

Inicialmente o texto expõe um retrato contextual e constitutivo da problemática histórico-cultural relacionada ao analfabetismo em Alagoas. Reflete sobre as condições que impossibilitaram um casal de alagoanos, se apropriarem da escrita e da leitura e problematiza as táticas de resistências nos cotidianos e a importância das “atividades-guia” para o desenvolvimento subjetivo de Maria e João – nomes fictícios – na maneira de pensar, sentir e agir nesse contexto mesmo permanecendo analfabetos durante toda a vida.

## **2 Analfabetismo: um problema histórico-cultural que se reproduz em Alagoas**

O analfabetismo não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui profunda injustiça. Essa injustiça tem graves consequências, como a incapacidade dos analfabetos de tomarem decisões por si mesmos, ou de participarem do processo político. Desse modo, o analfabetismo ameaça o caráter mesmo da democracia. Solapa os princípios democráticos de uma sociedade (FREIRE; MACEDO, 2011, p. 07).

Historicamente o Nordeste brasileiro e, sobretudo a região delimitada geograficamente como Semiárido Brasileiro, apresenta baixas taxas nos indicadores sociais, econômicos e na participação ou no acesso dos sujeitos aos equipamentos sociais, aos bens públicos, tais como a Educação. Dados disponibilizados pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2017), indicam que a região em referência – lócus do nosso estudo -, em sua nova delimitação, definida pelo Conselho Deliberativo da Sudene, por meio das Resoluções 107, de 27.07.2017 e 115, de 23.11.2017 e aprovada pelo Ministério da Integração Nacional (2017), abrange uma área superior a 1,03 milhão de km<sup>2</sup> e compreende 1.262 municípios.

A maioria desses municípios se localiza nos nove estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, além de cidades do Norte de Minas Gerais (região Sudeste). Os dados indicam ainda, que nos últimos anos a população da região vem crescendo de forma significativa e ultrapassa o número de 27 milhões de habitantes, equivalendo a 35% e 12% da população do Nordeste e do país, respectivamente. Na delimitação atual (2022), o Estado de Alagoas possui 38 municípios pertencentes ao Semiárido e uma população em torno de 1 milhão de habitantes vivendo na territorialidade em questão.

No período de 2003 até a metade de 2016 – que envolveu o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) -, foram observados movimentos de avanço no que se refere às políticas

direcionadas para a convivência com a semiaridez, que concorreram para a melhoria importante nas condições de vida e desenvolvimento. Mesmo assim, os desafios a serem enfrentados continuam imensos, no sentido de democratizar o acesso aos bens públicos e as mediações que efetivamente possam impulsionar o desenvolvimento das pessoas, gerando condições qualitativas de participação da população, no que se refere à educação, saúde, segurança alimentar, produção de tecnologias sociais para a convivência com a semiaridez, dentre outras políticas.

Faz-se importante salientar que, no Semiárido Brasileiro 60,09% dos seus municípios apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>ii</sup> variando de Muito Baixo a Baixo envolvendo 9.230.056 habitantes. Nesse contexto, observa-se a necessidade de estudos que possam intervir na redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Isso só seria possível conhecendo-se melhor os sujeitos que produzem suas existências, e, de que modo a fazem.

Intervenção essa, que não evidencie apenas as suas existências, modos e formas de sobrevivência, mas, que sobretudo, valorizem suas “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) e se reconheçam as táticas de sobrevivência e superação das adversidades e que valorizem o ser humano e deem relevo à produção de subjetividades, sabendo que estas também são resultantes das relações objetivas que se efetivam naquele espaço.

Retomando ao movimento que se avolumou no período histórico situado, observamos que a partir da década de 1990, foi sendo construída a mudança de paradigma no Nordeste brasileiro com relação à sua parte semiárida. Nessa direção:

[...] começou a ser operacionalizado um deslocamento do discurso do combate à seca para a ideia de convivência, instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser semiárido, como contraponto ao descaso histórico para com a ideia do ser sertão. Compreensão que ganhou projeção quando trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações, começaram a contestar o modelo de intervenção governamental nas questões relacionadas ao ‘sertão’ e às suas instabilidades climáticas, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semiárido (FORTUNATO; NETO, 2017, p. 193).

A ideia de combater a seca vem dando lugar a uma perspectiva de convivência com a semiaridez, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias sociais que não só possibilitam, mas também valorizam a permanência – no sentido de ficar e transformar -, das pessoas naquela territorialidade. É que o Semiárido passou a ser visto de outra forma, como

lugar de riquezas naturais, culturais e históricas. Este movimento cria a necessidade de compreender melhor a produção da vida e das subjetividades, as “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) dos sujeitos que habitam aquela territorialidade, tomando como ponto de partida a semiaridez enquanto identidade de lugar praticado que reúne os sertões, os agrestes, os cariris, enquanto processo, enquanto movimento político que busca transformar a realidade e os sujeitos.

Compreendemos que são necessários desvelamentos que possam evidenciar não apenas as dificuldades que as pessoas enfrentam no cotidiano de suas existências, modos e formas de sobrevivência, mas, que sobretudo, valorizem essas “artes de fazer” (CERTEAU, 1994). As táticas de sobrevivência e superação das adversidades, que valorizem o ser humano e deem relevo à produção de subjetividades, sabendo que essas também são resultantes das relações objetivas que se efetivam naquele espaço.

Refletindo de que maneira os sujeitos trabalham conscientes ou não para a “invenção” de um outro cotidiano, buscamos compreender como desenvolvem suas “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um (DURAN, 2007, p. 119).

É que temos o indicativo de que os habitantes desta territorialidade, apesar dos impedimentos e da violência simbólica criada por uma sociedade que a cada dia exige o envolvimento com as habilidades de leitura e escrita, esses habitantes criam alternativas e mediações no mesmo âmbito e planejam saídas em suas práticas cotidianas.

Representando um estudo próximo daquele que estamos desenvolvendo, em sua tese de doutoramento Sá (2012), também investigou aspectos da realidade educacional alagoana e constatou que, ao tratarem do analfabetismo, um grupo de professoras - alfabetizadoras entrevistadas sempre trazia o tema entrelaçado ao processo de alfabetização “sem que um tema se limitasse a ser o contrário do outro”. A referida autora recorre a Ferraro (2009) e ao pensamento de Paulo Freire (2001), para esclarecer que:

[...] nem o analfabetismo se reduz à simples ausência de alfabetização, ou a mero desconhecimento da técnica de ler, escrever e contar, nem a alfabetização se limita à aprendizagem e domínio da técnica de ler, escrever e contar (FERRARO, 2009, p. 21).

Concordando com a citação acima, entendemos que este posicionamento implica considerar a dimensão política do analfabetismo como um problema social e a alfabetização enquanto processo de construção de conhecimentos, que deve considerar sobretudo os aspectos histórico-culturais.

Para Ferraro (2009) o Brasil findou o século XX e adentrou o século XXI com um número verdadeiramente preocupante de pessoas ainda não alfabetizadas. Dessa forma, fica evidente que o analfabetismo é uma história inacabada além de ser um problema social e a negação de um direito constitucional, que deveria ser conferido a todos e todas da sociedade. Nesse entendimento, a condição de analfabeto/a reduz as possibilidades de ser, principalmente no mundo contemporâneo.

A última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mostra que Alagoas continua liderando, em números absolutos, o analfabetismo no país. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD Contínua, 2019), apesar da redução desse índice ao longo dos anos, o problema ainda afeta 443 mil alagoanos. Apesar de ter havido sensível redução, os dados mostram que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais em Alagoas é alta, mas passou de 19,4% em 2016 para 17,1% em 2019.

É importante entendermos que os índices se tornam mais críticos na medida em que as idades das pessoas avançam, tanto em Alagoas quanto no Brasil, o que revela, de um modo geral, que quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em Alagoas, entre as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo vem caindo desde 2016, saindo de 46,1% para 41% em 2019. Mesmo assim, ainda figura como a terceira maior do país percentualmente, à frente do Piauí (41,3%) e Maranhão (45,9%).

Quanto ao sexo, os índices, considerando a mesma fonte, revelam que a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais em Alagoas era maior entre os homens (18,1%) em relação às mulheres (16,3%) em 2019. O padrão se repete entre as pessoas com 60 anos ou mais, com uma taxa de 42,6% para os homens e 39,8% para as mulheres.

Outro aspecto a ser considerado nessa problemática diz respeito à diferença na taxa de analfabetismo na análise por cor ou raça. Nesse sentido, em 2019, a taxa para as pessoas brancas de 15 anos ou mais era de 12,3%, contra 18,6% para as pessoas pretas ou pardas. Observa-se ainda que, a diferença se acentua entre as pessoas de 60 anos ou mais, cujas taxas nesse mesmo período eram de 27,5% para os brancos e de 45,7% para pretos ou pardos. Por

sua vez, o enfrentamento do analfabetismo não representa tarefa fácil para o poder público e para a sociedade civil.

Superior ao analfabetismo absoluto, que atinge cerca de 7% da população brasileira (IBGE, 2018), o analfabetismo funcional, característica de quem não tem condições de compreender, utilizar e refletir sobre a informação escrita, atinge 29,4% dos brasileiros. Essa questão se agrava quando observamos o Estado de Alagoas com 47,7% e as mesorregiões Agreste Alagoano com 42,2% e Sertão Alagoano com 45,4% de pessoas vivendo na condição de analfabetos funcionais (IBGE, 2018). Demonstrando a situação que se arrasta historicamente por muitas décadas em nosso Estado.

Na sequência trazemos a reflexão sobre as condições de desenvolvimento de um casal alagoano – Maria e João<sup>iii</sup> que, de acordo com as condições e mediações às quais tiveram acesso, somadas às táticas que lançaram mão no cotidiano, suas trajetórias de vida foram construídas de acordo com as atividades-guia<sup>iv</sup> (LEONTIEV, 1981 *apud* Prestes, 2010) as quais estão relacionados desde a infância, a exemplo da atividade na agricultura familiar e a religiosidade característica do Nordeste Brasileiro. Por sua vez, as táticas de resistência no cotidiano devem ser mais bem observadas, para entendermos de que maneira as pessoas superam as adversidades e se desenvolvem em um dado tempo e lugar.

### **3 Impedidos de estudar na infância, Maria e João permaneceram analfabetos**

Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra. Em certas circunstâncias, ‘o analfabeto é o homem que não necessita ler, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler’ (FREIRE, 2001, p. 16).

Nas condições objetivas em que se encontram milhares de pessoas no Brasil, infelizmente muitas Marias, Joãos..., ainda permanecem durante toda a vida na condição de analfabetos. Mas, em Alagoas esta realidade persiste de forma mais escancarada e sempre merece reflexão ou denúncia.

#### **3.1 Maria, agricultora, mãe e romeira<sup>v</sup>, foi impedida de estudar**

Natural de uma pequena cidade do Semiárido alagoano, casada com João, tem 72 anos. Agricultora e mãe de onze filhos. Romeira que viaja há mais de quarenta anos para o Juazeiro do Norte - CE. Analfabeta, ajudou a criar seus filhos trabalhando com seu esposo na roça. De acordo com o relato a seguir, percebemos que o trabalho na roça, na agricultura familiar e a religiosidade são as duas mediações mais importantes para seu desenvolvimento

## Maria e João: apesar das artimanhas do analfabetismo em Alagoas

subjetivo. São as duas “atividades - guia” que desde cedo seguem influenciando sua maneira de pensar, sentir e agir no contexto de sua existência.

Em diálogo<sup>vi</sup> estabelecido entre pesquisadores e a entrevistada, sobre a vida e as maneiras de viver em determinadas condições, além das táticas de superação das adversidades cotidianas, desenvolvidas no processo das “atividades-guia”, registramos<sup>vii</sup>:

P: A senhora já foi à escola?

E: Fui. Mas a minha professora sabe o que foi que fez? Me botava na beira do fogo pra fazer comida pros outros. E eu, feito uma besta, me iludindo com ela, não aprendi nada. Agora depois que eu cheguei aqui, tinha uma professora que ensinava o Mobral, sabe o Mobral? Eu já estava aprendendo meu nome, completinho todinho, mas a professora arrumou outro trabalho e a escola parou e não aprendi mais nada.

P: E os seus irmãos aprenderam a ler e escrever?

E: Eu nem sei se eles aprenderam.

P: A senhora tem quantos filhos?

E: Tenho onze filhos, sete homens e quatro mulher. Graças a Deus estão tudo vivo.

P: E a senhora sempre trabalhou em quê?

E: Na ENXADA, trabalhei muito pra ajudar a criar meus filhos. Eu disse que a minha sina sempre foi a enxada. Nasci e me criei trabalhando na enxada e quando casei ficou do mesmo jeito. Eu digo: mas antes não tivesse casado, não era? Porque não tinha trabalho com filho. Mas quando a pessoa quer casar é o diabo mesmo... (risos).

P: Durante a sua vida em algum momento sentiu falta da leitura e da escrita?

E: Muita! Porque chegava em algum lugar, todo mundo sabia ler e eu ficava de boca aberta não sabia de nada.

P: Mas quando criança e jovem por que a senhora não estudou?

E: Porque o velho meu pai não botou na escola. Botou na enxada. Ele dizia que moça que aprendia a ler era pra escrever carta pros namorados. Dizia muitas vezes. Deus tape as ouças dele onde ele estiver. Mas o velho era cruel. Existia essa escola que eu falei, tinha muitos meninos, todos aprenderam, mas eu não aprendi nada.

P: E quando a senhora viaja para algum lugar, quando necessita da leitura e da escrita, como é que faz?

E: Eu não faço nada né, que eu não sei. Eu vou na turma dos outros, **os outros é quem me guia, né?** Mas assim mesmo eu vou pra Juazeiro e lá não me perco não, já sei todo beco, todo beco eu sei sozinha.

P: A senhora sempre vai para o Juazeiro?

E: Oxente tô com vontade de ir agora em novembro, se Deus quiser e Nossa Senhora das Dores.

P: Quantas vezes a senhora já foi para o Juazeiro?

E: Meu fio, já tô com umas quarenta viaje pra o Juazeiro. Sabe por quê? Quando peguei ir, a primeira viaje pro Juazeiro, a pista de Garanhuns a Ceará estava começando a fazer. Fui numa camionete. A pista estava começando a fazer. A gente passava num varedo, passava num pedacinho de pista, passava num varedo e depois num pedaço de pista. Que tempo não faz, né? Mas assim mesmo eu vou pro Juazeiro. Quando foi de outra vez que eu fui, foi num caminhão. Foi quando deu uma batida no caminho e um caminhão virou e morreram nove pessoas. Mas eu não vinha nesse carro, eu vinha em outro caminhão, não foi no



que eu andava. Dizem que o motorista bebeu muito, passou a noite naqueles cantos, né?, então aconteceu isso. Até hoje parece que tô vendo a cruz que botaram no lugar do acidente.

P: E a senhora como vê a escola? Que importância tem a escola para as pessoas?

E: A escola é muito importante, porque a pessoa entra em todo canto sem pedir favor a ninguém.

P: E os seus filhos estudaram?

E: Estudaram. Os meus filhos todos eles têm leitura.

P: E a senhora tem saúde?

E: Eu tô com saúde. Só sinto mais esses pés meus. Porque uma vez, que não tinha nem energia nesse lugar, eu fui olhar ali o diabo de um ninho de anum, eu tava até calçada de bota, mas a bota escorregou e em tempo de ir pra frente a bota voltou, então eu conheci que desmentiu o pé, ficou ringindo e pulou a junta do pé. Só é isso o que eu sinto. Mas daqui pra cima eu não sinto nada. Embora também tô com a vista ruim e antes de ir pro Juazeiro tenho que fazer uma consulta. Eu já fui operada da vista e botaram a lente nos meus dois olhos. Mas já está ficando ruim.

P: A senhora está com muita vontade de ir para o Juazeiro, não é?

E: Oxente! Eu já tô juntando meus trocados. Tirei dinheiro ontem e deixei no banco quinhentos reais. Porque se eu for, o meu filho eu não deixo. Eu pago a minha passagem, pago a dele. Pago lanche pra mim e pra ele... o que precisar. No ano passado o prefeito levou uma carrada de gente pro Juazeiro. Levou cozinheira, comida, levou tudo de graça. Mas esse ano ninguém sabe se ele vai levar. Mas ele é muito romeiro. Quando é no mês de outubro ele vai a Juazeiro saber. Deixa tudo arrumado para levar os romeiros.

P: E a senhora se sente bem nessa viagem?

E: Oxente! Graças a Deus no ano passado eu fui pro Juazeiro tão sadia no mundo que não senti uma dor numa unha. Eu nunca vi uma viagem rica daquela não. Andava muito com meu filho pra todo lugar. Também quando foi pra sair do Juazeiro eu espiei pra lá pro Ceará e disse: minha Mãe das Dores se a senhora vê que eu venho pro Juazeiro e me arrependo, ou dou trabalho a mim e os outros, a senhora tire esse meu destino. Oxe! Quanto mais eu dizia assim era que dava vontade. Primeiro eu peço licença a ela, a Mãe das Dores, que é quem chama a gente, né?

No diálogo acima observamos que as palavras e ações demonstram um conhecimento adquirido na experiência cotidiana, na relação de Maria com suas “atividades-guia”, o trabalho na agricultura familiar para ajudar seu esposo João a criar seus filhos e sua religiosidade, enquanto devota e romeira de Padre Cícero. Seu saber foi constituído por meio das mediações a que teve acesso na relação com outras pessoas, e com o ambiente no qual se insere. Para Vigotski (1999) a mediação é um processo cultural pela aprendizagem. Seguindo o referencial marxiano e a crítica à naturalização do desenvolvimento na aquisição das funções psíquicas superiores, Vigotski (1999, p. 53), mostra que a mediação estabelece

uma ligação entre o signo, a atividade e a consciência numa relação social, possibilitando o desenvolvimento do ser social.

E nesse sentido, a concepção de Paulo Freire nos faz entender sobre a condição de ser de uma pessoa analfabeta – a exemplo de Maria e João - na interface entre a sociedade, a construção dos saberes populares e a educação. Duas experiências de vida mediatizadas pelo mundo, por isso mesmo estamos tratando de sujeitos reais que resistem às condições que lhes são impostas, e para tanto se utilizam de suas “artes de fazer” (CERTEAU, 1994). Às vezes, reconhecidas e outras invisibilizadas, mas, todas com muitas dificuldades.

Isso comprova o que Freire (1996, p. 15) enfatiza que na Educação Popular, ou numa pedagogia da autonomia, todos os saberes devem ser considerados, independentemente do seu grau de cientificidade, pois, são “saberes socialmente construídos na prática comunitária” e que um conhecimento não deve ser estimado, valorado, em detrimento de outro. Isso insere Maria e João como sujeitos da educação brasileira, uma vez que seus conhecimentos trazem contribuições importantes para a formação de outros sujeitos, bem como para a construção de uma educação inclusiva e mais justa pela cultura, historicidade e exemplo de resistência na construção da vida.

### **3.2 João, agricultor e comerciante, permanece analfabeto**

João, 86 anos, natural de uma pequena cidade do Semiárido alagoano. Casado com Maria e pai de onze filhos, permanece analfabeto – não se apropriou da leitura e escrita. Desde os doze anos trabalha na agricultura, criou seus filhos na agricultura desde quando conseguiu adquirir um pedaço de terra. Compartilha com sua esposa e os filhos as mesmas “atividades-guia”, o trabalho na roça e a religiosidade; enquanto agricultor, devoto e romeiro de Padre Cícero. Já residiu em Juazeiro do Norte – CE, e continua viajando quase todos os anos para aquela cidade em romaria. Afirma que se sente muito bem com sua condição de existência na localidade em que vive, mas reconhece que a leitura e a escrita fazem muita falta.

No dia 15 de abril de 2022, tivemos uma conversa com João sobre a sua não relação com a escola e sobre permanecer analfabeto. O interlocutor aceitou participar do diálogo, reconheceu sua condição de analfabeto – escrita e leitura -, no entanto afirmou que aprendeu a assinar o nome e que todos os documentos têm sua assinatura.

Em diálogo com João<sup>viii</sup>, conseguimos estabelecer entre pesquisadores/as e entrevistado, sobre a vida e as maneiras de viver em determinadas condições, além das táticas de superação das adversidades cotidianas. Vejamos<sup>ix</sup>:

P: O senhor já foi à escola?

E: Eu já estou com 86 anos de idade e nunca fui em escola. A escola que eu fui foi antigamente quando tinha o Mobral.

P: Mas quando o senhor era criança, não foi à escola?

E: Nunca fui à escola. Meu pai nunca botou a gente na escola. Onze filhos que ele possuía, o negócio pra ele era a agricultura.

P: Durante a sua vida o senhor sentiu a necessidade da leitura e da escrita?

E: Sentia. Eu tinha vontade de ir pra escola, mas meu pai dizia, escola não tem futuro não. Só mesmo quando eu cheguei aqui nesse lugar onde moro hoje, uma professora me disse: O senhor se interessa em estudar? O senhor já tem essa idade... Eu disse: Eu me interesso em assinar pelo menos o nome. E nessa escola que eu fui, me senti muito bem. Porque eu assino os meus papéis. Sou analfabeto que não tenho leitura, mas o meu nome eu assino. E os meus documento é tudo com a minha assinatura.

P: Os seus pais trabalhavam em quê?

E: Meus pais trabalhavam na agricultura. Plantavam batata, inhame... bem assim sou eu, vivo trabalhando na agricultura. Plantando batata, plantando inhame e arrumando o pão e comendo.

P: De que maneira o senhor construiu sua família, trabalhando em quê?

E: Eu morava e trabalhava em arrendamento. Lá eu só tinha três filhos, aqui apareceram mais oito filhos. Se criaram onze filhos e o resto morreu. Criei meus filhos na roça, mas em aula de escola nunca tirei eles. Eles aprenderam. Agora o horário deles era deles e o meu era meu, porque, eles ajudavam na feira pra arrumar a batata, inhame, macaxeira. Para vender, para sustentar eles, eu também e a mãe deles.

P: Com o seu trabalho o senhor conseguiu comprar um pedaço de terra. Como se deu isso?

E: Eu negociava vendendo batata, vendendo inhame. Então consegui um dinheirinho e comprei aqui vinte e quatro tarefas de terra. Tirado mesmo do meu suor. Eu trabalho na roça desde doze anos de idade. Desde quando meu pai me colocou pra trabalhar na roça com doze anos, até hoje com 86 anos eu vivo trabalhando. Hoje não trabalho como trabalhava, mas ainda vendo umas coisinhas da roça.

P: E os seus filhos também trabalham em que hoje?

E: Os meus filhos todos são do cabo na enxada. Pode deixar gravado aí. Não tem nenhum que seja empresário. Todos eles são trabalhador. Uns trabalham de outra maneira e outros trabalham de roça. Não tem nenhum que seja empresário. Todos eles são do pesado. Pode deixar escrito aí pra Deus e o mundo saber.

P: A falta da leitura e da escrita prejudicou a sua vida de alguma maneira?

E: Problema de cabeça! Problema na cabeça. Senti falta da escrita porque não consigo ler. Mas não faz falta para negociar porque eu tiro da cabeça. Porque quando eu vendo uma carga, a cabeça decora logo o valor daquela mercadoria. Eu consigo botar uma conta em cima da outra e somar quanto deu. Tudo isso de cabeça, e nunca fui prejudicado com isso. Aprendi uma maneira de calcular pela memória na cabeça.

## *Maria e João: apesar das artimanhas do analfabetismo em Alagoas*

*P: Mas quando vai à cidade o senhor sente a necessidade de leitura e da escrita para alguma coisa?*

*E: Sinto sim. Nesse problema que eu disse. Que vê as pessoas lendo as coisas e você não está conhecendo de nada!*

*P: Que sentido o trabalho tem para o senhor?*

*E: O trabalho é pesado. O trabalho é obrigado a pessoa equipar a terra, passar o trator na terra, tirar aquela garrancheira (galhos de plantas secos) e depois com a enxada preparar a terra e plantar a batata, o inhame, a macaxeira ou a banana... tudo isso é preciso ter aquela maneira de conseguir plantar aquela lavoura. Então o trabalho traz pra nós muito alimento, porque se não fosse a agricultura de que o povo ia viver? Porque a agricultura está acima de tudo! Porque só chega coisa na cidade através da agricultura. Isso aí é no Brasil inteiro, é no mundo inteiro. Pode ser onde for, tem que sair da terra o alimento da nação.*

*P: E como é que o senhor se sente aqui trabalhando no campo, na agricultura?*

*E: Me sinto bem! Porque eu só posso estar bem satisfeito dentro de uma roça minha. Vendo aquela lavoura bem-feita, aquele produto bem equipado, bem zelado. Eu me sinto bem. Na agricultura eu me sinto bem!*

No diálogo acima ficaram explícitas as mediações que denunciam as condições objetivas limitantes dos sujeitos em um dado contexto, enquanto barreiras histórico-culturais que comprometem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e impedem o desenvolvimento das pessoas em sua totalidade. De acordo com Vigotski (1999), a mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário - instrumentos ou signos -, numa relação; a relação deixa de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento. Para Vigotski (1999) os processos mediacionais estão na base das interações histórico-culturais que, por sua vez, constituem as funções psicológicas superiores. Essas funções abarcam dois grupos de fenômenos:

[...] em **primeiro lugar**, de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em **segundo**, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional denominam-se atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos [...]. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta [...] (grifos nossos) (VIGOTSKI, 1999, p. 29).

Nessa posição teórica, entende-se que a constituição de um ser social é um movimento dialético entre aprendizagem e desenvolvimento, como um processo que tem suas raízes na sociedade e na cultura. Sendo que, as aprendizagens são indutoras, possibilitam o desenvolvimento do ser social e não o contrário. E todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento implica mediações através de instrumentos e signos, ou símbolos. Mas, Vigotski afirma que, o uso de instrumentos e o uso de signos não esgotam

“todas as dimensões do conceito de atividade mediadora” e que seria possível “enumerar muitas outras atividades mediadoras” (VIGOTSKI, 1995, p. 94).

Assim, para o nosso estudo interessa pensar as “atividades mediadoras” no cotidiano, as atividades-guia, que de alguma maneira contribuíram para a construção das táticas de resistência dos sujeitos, frente às desigualdades sociais, dentre essas o analfabetismo, tais como: a atividade na agricultura, a participação desses sujeitos nas experiências familiares, em grupos comunitários, em atividades artísticas, na participação política, em movimentos sociais, sindicais ou religiosos. Essas atividades mediadoras podem ter influenciado na elaboração e realização de suas táticas de resistência, em suas alternativas de vida.

Nessas condições, continuamos perguntando também pelos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas cotidianas, às suas experiências educativas, na busca por uma leitura da realidade mais próxima de um processo de tomada de consciência. Afirmamos assim, a importância do estudo proposto, no sentido de escutar os sujeitos e buscar compreender suas “artes de fazer”, na superação e resistência à reprodução das desigualdades sociais e culturais no contexto em evidência, a Educação em Alagoas e o Semiárido alagoano. Para tanto, desvelamos em suas práticas cotidianas as “táticas de resistência”, no processo de desenvolvimento subjetivo.

#### **4 (In) conclusões**

A opção pelos sujeitos analfabetos e suas condições de produção também emerge do compromisso com a transformação da realidade na qual trabalhamos. Fica evidente que os sujeitos por meio de suas táticas de resistência e superação das adversidades, demonstram as saídas, as suas linhas de fuga, as suas rebeldias, para não se assujeitarem às artimanhas das estratégias dominantes.

Enfatizamos que as “atividades-guia,” a agricultura familiar e a religiosidade enquanto processos culturais, objetivos e simbólicos, enquanto atividades mediadoras, presentes na história do casal Maria e João, nos fazem perceber de que forma a valorização das pessoas de localidades menos favorecidas e suas “artes de fazer” pode, além do reconhecimento, contribuir com a formação e transformação de outros, ampliando as possibilidades ontológicas. Enquanto representantes da agricultura familiar e da cultura popular religiosa do Nordeste brasileiro, em suas narrativas o casal apresenta as alternativas

criadas, suas artes de fazer no cotidiano, mas, denuncia a ausência das ações do Estado no que se refere ao alcance das práticas educativas no processo de formação do ser social em uma dada realidade e contexto.

Por sua vez, João demonstra superar sua condição de analfabeto apresentando seu trabalho na agricultura familiar e enfatiza que todos os seus filhos e filhas estudaram. Primeiro enfatiza que nunca estudou quando criança porque seu pai não via futuro na escola.

Depois atribui o fato de não ter frequentado a escola à necessidade de trabalhar ajudando seu pai na roça desde criança, trabalho de enxada. Mas afirma que todos os documentos estão com sua assinatura, portanto, “todos os meus papéis têm a minha assinatura”. Em sua narrativa apresenta as alternativas, suas artes de fazer, suas astúcias sutis, inventa outras maneiras de se apropriar dos espaços e dos códigos no cotidiano, principalmente quando afirma que faz as contas de cabeça e não erra nenhuma. Constata-se que, mesmo apresentando a leitura ingênua de mundo, consegue encontrar saídas, mesmo que limitadas. Por sua vez, sua narrativa também serve de denúncia das condições impeditivas impostas aos sujeitos historicamente nesta territorialidade.

Tomando a resistência à (re)produção das desigualdades sociais e culturais, em contextos específicos, enquanto fenômeno a ser desvelado nas práticas institucionalizadas e cotidianas, também vamos trilhando nesta pesquisa as nossas “artes de fazer” no cotidiano, por meio das narrativas de sujeitos reais que não apenas se sujeitam às determinações sociais, mas resistem. Para tanto, focalizamos as táticas de enfrentamento às artimanhas da exclusão impostas pelo analfabetismo, que ainda se reproduz na territorialidade do Semiárido Alagoano, enquanto reprodução social e histórica.

### **Referências**

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2018**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2018/perfil/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional do Semiárido – Notícias: nova delimitação expande o semiárido até o Maranhão: 73 novos municípios foram incluídos. Campina Grande, 2017. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/noticias/1070>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO, L. D. A emergência da lógica da “Convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. In. **Educação para a convivência com o semiárido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2004.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. Curitiba, 2007.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

FORTUNATO, M. L. F.; NETO, M. M. Semiárido: uma perspectiva genealógica. **Revista Dialectus**. Ano 4 n. 11, p. 192 a 204. Agosto – Dezembro, 2017.

FREIRE, A. M. A. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRESTES, Z. R. **Quando não é quase a mesma coisa**: análise de traduções de L. S. Vigotski no Brasil, repercussões no campo educacional. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2010.

SÁ, M. R. de. **Analfabetismo e alfabetização**: representações de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos. 168p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) – 2018**.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) – 2019**.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: **Obras Escogidas – III**: Problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor, 1931/1995.

## Notas

---

<sup>i</sup> Pesquisa intitulada “Narrativas de sujeitos da EJA no Semiárido alagoano: mediações e táticas cotidianas de resistência ao analfabetismo”, desenvolvida entre janeiro de 2021 a setembro de 2022. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/Multieja/Cedu/Ufal) pelo primeiro autor com supervisão da segunda.

<sup>ii</sup> Medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

<sup>iii</sup> Os dados empíricos sobre as condições objetivas e as mediações que possibilitaram o desenvolvimento subjetivo de Maria e João, nossos dois interlocutores neste texto, emergem de uma análise da pesquisa supracitada. Os nomes são fictícios e as pessoas concordaram que realizássemos uma entrevista semiestruturada gravada em áudio e vídeo sobre suas condições de vida e sobre a não-relação com o processo de escolarização, sobre suas dificuldades, táticas e resistências cotidianas.

<sup>iv</sup> Atividade-guia é um conceito central na Teoria Histórico-Cultural construída por Vigotski, Luria, Leontiev e outros colaboradores. Segundo Prestes (2010, p. 162), a atividade-guia é a atividade em forma da qual surgem e dentro da qual se diferenciam outros tipos de atividades [...], é uma atividade na qual se formam ou se reestruturam processos psíquicos particulares.

<sup>v</sup> Termo de origem europeia derivado de *romeiro* que significa aquele que viaja para Roma. No Nordeste Brasileiro existem vários destinos de romarias e uma que reúne um número significativo de romeiros que viajam de vários estados brasileiros durante vários meses do ano venera o Padre Cícero Romão Batista na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará. O fenômeno religioso que desde a primeira metade do século XX vem ocorrendo em Juazeiro, tem influenciado de forma significativa a formação cultural e subjetiva do povo nordestino e sobretudo os alagoanos, por várias gerações.

<sup>vi</sup> O diálogo foi gravado em audiovisual e transcrito, considerando e resguardando o dialeto da pessoa entrevistada.

<sup>vii</sup> Nossa entrevistada denominada de E autorizou a gravação realizada pelo pesquisador (P) depois que esclarecemos os objetivos da entrevista para fins de uma pesquisa acadêmica.

<sup>viii</sup> Esse diálogo a exemplo do que tivemos com Maria, a fala foi gravada em audiovisual e a gravação transcrita considerando o dialeto do entrevistado.

<sup>ix</sup> Nosso entrevistado (E) autorizou a gravação realizada pelo primeiro pesquisador (P) depois que esclarecemos os objetivos da entrevista para fins de uma pesquisa acadêmica.

## Sobre os autores

### **Lucas Pereira da Silva**

Doutor em Ciências Sociais – PPGCS/UFCCG. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas - Curso de Psicologia/Campus de Arapiraca/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Brazil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3797-6085>; E-mail: [lucas.silva@palmeira.ufal.br](mailto:lucas.silva@palmeira.ufal.br)

### **Marinaide Lima de Queiroz Freitas**

Doutora em Linguística. Professora Associada IV do Curso de Pedagogia. Docente no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado no Centro de Educação (Cedu/Ufal), Brazil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3659-4165>; E-mail: [naide12@hotmail.com](mailto:naide12@hotmail.com)

Recebido em: 22/11/2022

Aceito para publicação em: 23/11/2022